

A EDUCAÇÃO NAS MENSAGENS PRESIDENCIAIS DO GOVERNO DE CASTELO BRANCO E DE JAIR MESSIAS BOLSONARO: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

EDUCATION IN THE PRESIDENTIAL MESSAGES OF THE GOVERNMENTS OF CASTELO BRANCO AND JAIR MESSIAS BOLSONARO: APPROXIMATIONS AND DISTINCTIONS

LA EDUCACIÓN EN LOS MENSAJES PRESIDENCIALES DE LOS GOBIERNOS DE CASTELO BRANCO Y JAIR MESSIAS BOLSONARO: APROXIMACIONES Y DISTANCIAMIENTOS

Eliezer Gonçalves Cordeiro¹
Leandro Rodrigues Nascimento da Silva²

Resumo

Este artigo objetiva investigar como a Educação brasileira, nos seus diversos níveis e modalidades, foi apresentada ao Congresso Nacional, e consequentemente de forma indireta aos brasileiros, pelos presidentes Castelo Branco – que ocupou o comando do país nos primeiros anos da Ditadura Militar – e por Jair Messias Bolsonaro, que foi o primeiro dirigente político do Brasil advindo da extrema-direita pós-1988 e admirador do regime militar de 1964. Como metodologia, usamos as mensagens presidenciais dos políticos mencionados que foram endereçadas no seu primeiro ano de governo ao Congresso. Nos valem da abordagem qualitativa para interpretar os textos. Como resultado deste trabalho, as ações dos dois presidentes possuem mais pontos de aproximações do que de distanciamentos, sendo o governo do presidente Castelo Branco menos enfático em termos de ataques narrativos ideológicos do que o de Jair Bolsonaro.

Palavras-chave: educação; Castelo Branco; Jair Bolsonaro; ditadura militar.

Abstract

This article aims to investigate how Brazilian Education, in its various levels and modalities, was presented to the National Congress and consequently, indirectly, to the Brazilian people by Presidents Castelo Branco, who led the country during the early years of the Military Dictatorship, and Jair Messias Bolsonaro, the first Brazilian political leader from the far-right after 1988 and an admirer of the 1964 military regime. As a methodology, we used the presidential messages of the mentioned politicians that were addressed to Congress in their first year of government. We adopted a qualitative approach to interpret texts. As a result of this study, the actions of both presidents show more points of approximation than of distancing, with Castelo Branco's government being less emphatic in terms of ideological narrative attacks than that of Jair Bolsonaro.

Keywords: education; Castelo Branco; Jair Bolsonaro; military dictatorship.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo investigar cómo la Educación brasileña, en sus diversos niveles y modalidades, fue presentada al Congreso Nacional, y en consecuencia de forma indirecta a los brasileños, por los presidentes Castelo Branco, quien ocupó el mando del país en los primeros años de la Dictadura Militar, y Jair Messias Bolsonaro, el primer dirigente político de Brasil proveniente de la extrema derecha posterior a 1988 y admirador del régimen militar de 1964. Como metodología, utilizamos los mensajes presidenciales de los políticos mencionados que fueron dirigidos al Congreso en su primer año de gobierno. Adoptamos un enfoque cualitativo

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Professor Substituto no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IAP-UERJ).

² Professor do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IAP-UERJ).

para interpretar los textos. Como resultado de este trabajo, las acciones de ambos presidentes presentan más puntos de aproximación que de distanciamiento, siendo el gobierno de Castelo Branco menos enfático en términos de ataques narrativos ideológicos que el de Jair Bolsonaro.

Palabras clave: educación; Castelo Branco; Jair Bolsonaro; ditadura militar.

1 Introdução

No dia 11 de abril de 1964, o presidente marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que era chefe do Estado-Maior³ do Exército, foi eleito presidente da República pelo Congresso Nacional, que já estava sob o comando da Ditadura Militar. Castelo havia combatido na II Guerra Mundial e era visto no Exército de seu tempo como um legalista, politicamente democrata, líder de referência e moral profissional (Couto, 1998). Já nas eleições de 2018, o presidente Jair Messias Bolsonaro foi eleito pelo voto popular se tornando o 38º presidente do Brasil. Durante seus 28 anos como Deputado Federal, Bolsonaro integrou o chamado “baixo clero” do Congresso Nacional. Ele não exerceu funções de liderança nos partidos aos quais esteve filiado, tampouco ocupou cargos no governo federal ou posições de destaque na Câmara dos Deputados; como também não angariou ocupações em cargos de alto nível no Exército brasileiro (BBC News, 2018).

Durante o governo de Castelo Branco, mais de 2.000 brasileiros tiveram seus direitos políticos cassados. Nesse período, ele sancionou mais de 700 leis, aprovou 11 emendas à Constituição, promulgou 312 decretos-leis, assinou 19.259 decretos e instituiu três atos institucionais. Ele também desempenhou um papel fundamental na formulação da Constituição de 1967 (Couto, 1998). Durante o governo de Jair Bolsonaro, que ocorreu entre 2019 e 2022, foram sancionadas 1.391 leis ordinárias e 69 emendas constitucionais. Além disso, ele assinou 6.418 decretos, abrangendo diversas áreas, como economia, saúde e segurança pública (Brasil Escola, 2025). Fazendo uma conta rápida, em termos de quantidade de decretos, Bolsonaro lidera, mas Castelo Branco teve um impacto significativo em emendas e decretos-leis. Essas aproximações que se fez em biografia, números de atos institucionais quando na presidência os dois estavam, bem como profissão e ações de impacto social, revelam para nós dois personagens políticos que possuem suaves distanciamentos e convergentes aproximações.

Os dois, em síntese, foram militares. Os dois conseguiram chegar ao maior cargo de comando do país. Os dois eram ligados à direita brasileira. Os dois eram homens cisgêneros e brancos. Os dois estavam atrelados a correntes ideológicas que se fertilizavam: o primeiro, Castelo Branco, foi presidente na Ditadura; o segundo, Jair Bolsonaro, fazia comentários no

³ O Estado-Maior do Exército (EME) é o órgão de assessoramento superior do Comandante do Exército Brasileiro. Ele é responsável por planejar, coordenar e supervisionar as atividades estratégicas e operacionais da força terrestre. Além disso, o EME formula diretrizes, regulações e políticas para garantir a prontidão e a eficácia do Exército.

Congresso Nacional elogiando torturadores que atuaram no regime militar, demonstrando, portanto, certa admiração às páginas mais controversas da história do Brasil.

Além disso, Bolsonaro saiu da presidência sendo investigado pela Polícia Federal (PF) e acusado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Conforme apontado pela acusação, Bolsonaro e outros 33 investigados eram suspeitos de envolvimento em crimes como formação de organização criminosa armada, tentativa de golpe de Estado, esforços para abolir o estado democrático de direito, danos qualificados por violência e ameaças graves contra o patrimônio da União, além de deterioração de bens tombados (PGR, 2025).

Por fim, e sendo o que nos interessa, como é de praxe que o presidente da República faça, os dois enviaram ao Congresso suas mensagens presidenciais, em seus primeiros dias e primeiro ano de governo versando sobre temas como saúde, economia e educação. É analisando essas duas mensagens públicas, institucionais, e destacando apenas a seção sobre Educação, que visamos construir a escrita deste artigo.

A análise comparativa das mensagens presidenciais de Castelo Branco e Jair Bolsonaro, com foco na seção dedicada à Educação, é de extrema relevância para a área educacional. Isso porque permite identificar continuidades, padrões e rupturas nas políticas educacionais ao longo de diferentes contextos históricos e políticos do Brasil. Além disso, ao examinar como cada governo abordou a Educação em suas prioridades, podemos compreender melhor os reflexos dessas diretrizes nas práticas pedagógicas, no acesso à educação, no agenciamento do espaço escolar/acadêmico e na formação cidadã. Essa reflexão é essencial para enriquecer o debate acadêmico e contribuir para a formulação de entendimentos críticos, solidificando que educar é um ato político.

2 Apresentação da educação na mensagem presidencial de Castelo Branco

Ao lermos a mensagem do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco ao Congresso Nacional em 1965, vemos logo no primeiro parágrafo de apresentação o reconhecimento de um estado particular da Educação brasileira que nos é relatado como fruto de um descaso público por omissão, complacência e ação deletéria. Seguindo com o texto, o então presidente manifesta sua preocupação com o número de analfabetos que haviam no país naquele momento, a saber: mais de 30 milhões.

A existência de mais de 30 milhões de brasileiros analfabetos e a ocorrência de extensos hiatos em nossa estrutura de mão-de-obra são efeitos naturais da persistência prolongada de elevados déficits educacionais, agravados pela alarmante deserção e pelo baixo aproveitamento dos estudantes, em geral, além de um elenco numeroso e complexo de problemas secundários, incluindo a falta de especialização pedagógica

de grande parte do corpo docente, o divórcio entre a escola e o meio, a vigência de regimes escolares com horários reduzidíssimos, etc... (Brasil, 1965, p. 169).

Como efeitos deletérios do cenário educacional do país preocupante, o presidente relata que havia muita deserção — lê-se atualmente como evasão escolar — falta de especialização pedagógica do corpo docente, dissociação dos conteúdos escolares com as reais demandas do meio social⁴ e, por fim, a carga-horária dos estudantes reduzidas. Assim, no primeiro instante da mensagem, notamos pelo menos quatro pontos que permearão o pensamento do governo Castelo Branco e a construção de um novo cenário possível como resposta. A seguir, colocamos em síntese as preocupações discriminadas na tabela I:

Tabela 1: preocupações do governo de castelo branco

Preocupação 1	Combate ao analfabetismo
Preocupação 2	Combate à falta de investimento na Educação Básica – este tópico é secundário do primeiro.
Preocupação 3	Combate à falta de especialização pedagógica
Preocupação 4	Combate à mão de obra desqualificada para indústria e comércio

Fonte: elaboração dos autores.

Reconhecendo que algo relevante precisava ser feito, o governo da época propõe um verdadeiro trabalho de “saneamento” a fim de restabelecer certa normalidade ao ensino do país, concentrando esforços em áreas cruciais e pontuais do ensino, como por exemplo, a Educação Básica:

Diante desse quadro, a Revolução lançou-se inicialmente ao trabalho de saneamento que se fazia necessário — pois aqui convergiam a exiguidade de recursos e o descaso administrativo — restabelecendo a normalidade na manipulação dos dinheiros públicos e tomando medidas visando obter maior rendimento das atividades nesse campo, o que era prejudicado pela pulverização de esforços (Brasil, 1965, p. 169).

Ao examinar o trecho recortado por nós, é cabível perceber que o governo de Castelo Branco reconhece de imediato que o país gastava pouco com educação, havendo convergência no que tangia a exiguidade de recursos e o desleixo administrativo. Esse ponto é nodal porque aqui o governo de Jair Messias Bolsonaro divergirá, indo contrário do pensamento do governo militar e expondo a educação a um descrédito perante a população brasileira e internacional ao afirmar que o Brasil gastava muito com a área e no ensino não se viam melhorias. Retomaremos mais adiante este debate, por ora, fiquemos com a posição do primeiro governo militar, o qual despenderá esforços para ir além do fundo de financiamento para educação que o país possuía à época, criando, com base na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) o salário-educação.

⁴ Importante dizer que não seria o meio cultural, mas o meio comercial, do mercado de trabalho.

O salário-educação foi uma contribuição social destinada ao financiamento da educação básica pública no Brasil, instituída com o objetivo de proporcionar recursos adicionais ao sistema educacional. Criado a partir da Lei n.º 4.440, de 27 de outubro de 1964, e posteriormente regulamentado por diversas normativas, esse tributo incidia sobre a folha de pagamento das empresas e era recolhido para subsidiar programas e projetos educacionais voltados ao ensino fundamental. Sua arrecadação ocorria de forma compulsória e era administrada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que redistribuía os valores entre estados e municípios, conforme critérios estabelecidos pela legislação vigente.

O salário-educação desempenhou papel essencial no financiamento da educação pública, complementando as transferências regulares e promovendo equilíbrio na distribuição de recursos entre as redes de ensino. Sua estrutura de financiamento seguiu diretrizes alinhadas ao princípio da vinculação constitucional de recursos à educação, reforçando a participação estatal na garantia do direito à escolarização básica. O que se deve observar é que em 1964, a base de cálculos para suplementação do ensino público era de 2% sobre o salário mínimo do trabalhador. No ano de Castelo Branco à frente da presidência, essa alíquota caiu para 1,4% (Brasil, 2025). Na mensagem presidencial, temos o reforço do compromisso do governo com o combate ao analfabetismo e, por consequência, o fortalecimento da educação básica:

Com fundamento na Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Governo propôs e obteve a aprovação do Congresso para a instituição do salário-educação, cujo espírito é o da participação de toda a comunidade na solução de um de seus problemas fundamentais — o analfabetismo (Brasil, 1965, p. 170).

Toda essa proposta para melhoria do ensino básico teria surtido efeito se o planejamento estrutural do governo e a competência técnica de seus conselheiros fosse mais crítica, inventiva e versada em temas de educação. A crítica que tecemos não é ao bel-prazer, mas se calca no fato de que, com o dinheiro em mãos, o governo de Castelo Branco enveredou por dois caminhos que, na prática, desqualificava a educação que ele intentou qualificar. Vejamos o que é traçado como plano de metas para que se alcance o tão futuro promissor educacional na nação:

No ensino primário, além de acentuado incremento de matrículas propiciado pelo recolhimento do salário-educação, proceder-se-á à intensificação do aperfeiçoamento do magistério não titulado, especialmente através da ação de 900 supervisores formados nos Centros de Treinamento, inaugurados em 1964. A construção das escolas de fronteira, a apuração final e a análise dos resultados do Censo Escolar e o prosseguimento dos programas específicos destinados a dotar o País de administradores e pesquisadores educacionais serão outras atividades relevantes em 1965 (Brasil, 1965, p. 170).

Como se constata, intensificou-se o espraçamento do magistério não titulado com 900 supervisores formados nos Centros de Treinamento que haviam sido inaugurados em 1964; e postergou-se o engendramento de programas de fomento de pesquisadores na área educacional. Como bem se sabe acerca da História da Educação, os Centros de Treinamento dos quais se fala na mensagem, foram instituições criadas no Brasil como parte de uma política educacional voltada à formação emergencial de docentes para o ensino primário.

Esse modelo de capacitação foi gerado pela necessidade de qualificação do magistério, em um contexto de expansão acelerada das matrículas escolares, especialmente em decorrência do financiamento advindo do salário-educação que aqui já fora abordado. Tais centros visavam oferecer formação pedagógica intensiva e prática para professores/as que não possuíam titulação formal, mas já atuavam em sala de aula ou que seriam inseridos rapidamente no sistema de ensino, buscando suprir a carência de profissionais qualificados.

O “magistério não titulado” referia-se, portanto, a docentes que exerciam a profissão sem possuir a formação específica exigida para o cargo, geralmente sem a habilitação em cursos normais ou superiores de pedagogia. Essa situação era comum em diversas regiões do país, sobretudo nas áreas mais campestres, afastadas dos centros urbanos e periféricas, onde a carência de professores/as formados/as impunha a necessidade de recorrer a educadores/as com menor, ou sem nenhuma qualificação formal. Outro ponto crucial que é importante de ser mencionado, e que faz parte da crítica que tecemos ao fracasso da política educacional do governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, é a existência dos 900 “supervisores”, como se viu, que dariam aulas práticas aos docentes não titulados. Cabe se questionar, caro/a leitor/a, quem eram essas pessoas?

Os 900 supervisores mencionados eram, em grande parte, profissionais oriundos do próprio sistema educacional, geralmente professores/as e técnicos/as já atuantes na administração da educação, selecionados para receber formação especializada nos Centros de Treinamento. Muitos vinham das redes públicas de ensino e de órgãos responsáveis pela gestão educacional nos estados e municípios. Sua capacitação foi parte de um esforço para colocar em movimento um corpo técnico capaz de “modernizar” e padronizar as práticas pedagógicas, especialmente no ensino primário.

Assim, pelo aligeiramento do que se pretendia, não é difícil imaginar o quanto de vícios e práticas controversas foram repassadas aos profissionais não titulados, que, grosso modo, permaneceram sem titulação, com uma formação simples e simplória, além de não ter contato profícuo com as teorias educacionais de forma concreta que eram vigentes naquele momento.

Ainda sobre a educação básica, mas considerando o chamado à época “ensino secundário”, o qual hoje corresponderia ao nosso Ensino Médio, diz-nos a mensagem:

Os problemas do ensino médio serão atacados: no ramo secundário implantar-se-ão novos ginásios, acelerando-se também o treinamento do pessoal docente e administrativo; na modalidade comercial, providências serão tomadas para anular as distorções que o assaltam e terá prosseguimento a obra de assistência técnica aos estabelecimentos que o ministram; o ensino industrial será ampliado, de modo a formar o maior número possível de técnicos industriais e auxiliares técnicos (Brasil, 1965, p. 170).

Nota-se, novamente, que o governo ora debatido também iria despender esforços para ampliar essa modalidade de ensino a que falamos antes da citação direta, visando um fim específico: aumentar a mão de obra qualificada para o mercado industrial e para o mercado comercial. É imperioso destacar que a modalidade comercial mencionada no texto se refere ao ensino técnico especializado na área de comércio e administração.

O objetivo dessa modalidade era formar profissionais capacitados para atuar em funções administrativas, financeiras e de gestão, seja em empresas privadas, órgãos públicos ou como empreendedores. O ensino industrial, por outro lado, possuía outro foco, mirando na formação de profissionais para áreas técnicas e práticas relacionadas à indústria. Ele era pensado para o desenvolvimento de habilidades em mecânica, eletrônica, metalurgia, construção civil e outras áreas tecnológicas. Dessa forma, evidencia-se o interesse do governo em encaminhar a população que dependia sobretudo da escola pública para o mercado de trabalho, escasseando-se a possibilidade de ascensão de classe mediante a aquisição de uma educação transformadora.

Ratificando o que notamos no parágrafo anterior, o governo de Castelo Branco envidou esforços na expansão do Programa Intensivo de Preparação de Mão de obra. Diga-se de complemento: mão de obra barata para fomento do capital nacional e estrangeiro – tendo por base as muitas fábricas instaladas no país sobretudo de seguimento têxtil e de peças automotivas, essas últimas remanescentes da II Guerra Mundial. Segundo o texto presidencial:

No ensino médio, foram organizadas reuniões e expedidas Missões de Assistência para atender a vários estabelecimentos do interior nas modalidades comercial e industrial. Desenvolveram-se esforços para a expansão e a coordenação dos trabalhos do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-obra e deu-se início à construção de considerável número de novas escolas.

Além da expansão dos estabelecimentos de ensino nas grandes cidades, percebe-se que até as escolas do interior que trabalhavam com um ensino comercial e industrial foram priorizadas no atendimento de suas demandas. De certa forma, a educação humanista e mais completa ficava em segundo plano, visto que a preparação para o mercado de trabalho parecia

ser mais importante para o desenvolvimento econômico e estabilidade financeira do país que, vale notar, só se daria pela força bruta do trabalho assalariado.

Se o governo de Castelo Branco ampliou as escolas comerciais e industriais como vimos, por outro lado ele declarou taxativamente que o Ensino Superior não seria uma prioridade de seu governo, deixando nítido o descontentamento com as universidades talvez por questões de crítica. Em resumo, o projeto de Castelo para a educação já nascia natimorto, visto que as universidades poderiam contribuir de forma proeminente para a melhoria, equilíbrio, consonância e qualidade do ensino público do país. O que ele afirma sobre o Ensino Superior é que:

No ensino superior, além da destinação de verbas aos diversos centros e da concessão de auxílios aos estudantes necessitados, preparou-se a reformulação de suas bases financeiras, de modo a transferir aos seus usuários parte dos pesados encargos que acarretam aos cofres públicos. Desse modo, poder-se-á reforçar a atuação governamental no ensino médio, que se constitui em grave barreira aos componentes das classes mais pobres do País, que dificilmente podem ingressar nas carreiras de nível universitário (Brasil, 1965, p. 170-171).

Para ter gasto mínimo, o governo destinava apenas concessão de auxílios aos estudantes universitários “necessitados”, além de ter reformulado em seu plano econômico a base de nutrição financeira das universidades. Isso ele fez sugerindo que os próprios estudantes arcassem — como se leu na mensagem — com parte dos custos dos estudos. Isso significava um movimento intencional em direção à privatização parcial do Ensino Superior, incentivando a cobrança de mensalidades e a criação de taxas para serviços universitários.

Na prática, esse discurso resultou na formulação de uma política educacional que abriu espaço para a ampliação do setor privado no Ensino Superior, ao mesmo tempo em que reforçou o ensino médio técnico-profissionalizante, como dito por nós. Todavia, vamos ver a realização dessas propostas na Reforma Universitária de 1968, consolidada no governo Costa e Silva, que formalizou muitas dessas diretrizes, estruturando o ensino superior em departamentos e ciclos e permitindo maior autonomia financeira às universidades quando houvesse parcerias e convênios com empresas privadas.

A vontade de Castelo Branco, e o argumento usado, era o de que tirando recursos das universidades públicas, o governo poderia gastar mais com o Ensino Médio, para formar muito mais trabalhadores sem curso superior. Essa inversão financeira que o governo, noutras palavras, defendia é a mesma que será vista durante o governo Bolsonaro. Além disso, Castelo Branco não só achava honesto diminuir recursos para as universidades, era preciso atingir também seus alunos e professores, de modo a recuperar certa “dignidade” que, para ele, havia

sido perdida. É um ataque ideológico sem fundamento, que só se justifica por sabermos que boa parte dos docentes do Ensino Superior têm por trabalho tecer críticas construtivas aos governos a fim de que a ordem social seja exercida com justiça social. Não podemos esquecer que estamos falando de um governo da Ditadura Militar, o qual perseguiu e prendeu muitos docentes e alunos universitários. Assim, ratifica o texto:

Efetivar-se-á, no corrente exercício, a reestruturação completa do ensino superior: as universidades serão atingidas em suas bases, começando pelo homem — o aluno e o professor — de modo a dar dignidade à vida estudantil e responsabilidade aos mestres. A expansão do ensino superior far-se-á moderadamente: somente quando provada imperiosa necessidade, autorizará o Governo a criação de escolas. Dar-se-á prioridade, no incremento de matrículas, aos setores mais ligados ao desenvolvimento social e econômico do País (Brasil, 1965, p. 170).

Como lido, o “homem” — e a mulher — eram alvos da “reconstrução” proposta pelo regime militar. Para finalizar, diz-se mais uma categórica vez que o Ensino Superior só seria expandido em caso de “imperiosa necessidade”, dando-se prioridade aos setores ligados ao desenvolvimento social, o que é impossível sem a parceria e a dignidade das universidades, e ao desenvolvimento econômico. Como estratégia de guerra contra os estudantes universitários, o presidente Castelo Branco atacava diretamente seus diretórios estudantis, como é notório a seguir:

Outra medida de significação, certamente, foi a reformulação dos órgãos de representação estudantil, pela qual os Diretórios Acadêmicos passaram a ser legítimos representantes da classe, perdendo características que tanto os transtornavam e inquietavam a comunidade brasileira (Brasil, 1965, p. 169).

Fica aclarado que o objetivo de enfraquecer a mobilização estudantil, um dos principais focos de resistência ao regime militar, foi um dos motivos do governo de Castelo Branco ter atacado as universidades. A reformulação dos órgãos de representação estudantil foi uma dessas estratégias, mascarada sob o discurso de tornar os Diretórios Acadêmicos mais legítimos. No entanto, na prática, essa tal “legitimação” significava a perda da autonomia estudantil e o controle direto do governo sobre as entidades.

A justificativa de que essa medida atendia a uma suposta inquietação da comunidade brasileira perfaz para nós a tentativa do regime de deslegitimar a luta dos estudantes, retratando-a como algo prejudicial à ordem pública. O que realmente transtornava o governo não era a estrutura dos Diretórios Acadêmicos, mas sim sua capacidade de organização e resistência às medidas autoritárias.

Por exemplo, a Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964, que regulou os diretórios universitários estudantis, diz em seu art. 14: “É vedada aos órgãos de representação estudantil

qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.”. Ou seja, a intenção do governo era controlar as manifestações dos estudantes, bem como proibir qualquer tipo de greve.

3 Apresentação da educação na mensagem presidencial de Jair Messias Bolsonaro

Um pouco diferente da maneira como o ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco iniciou a sua mensagem presidencial sobre educação, o também ex-presidente Jair Bolsonaro iniciou a sua mensagem ao Congresso Nacional com uma divergência: o país gasta muito com educação e os retornos não são satisfatórios. Como podemos ler:

De acordo com dados de agências das Nações Unidas e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), bem como da Secretaria do Tesouro Nacional, **o Brasil está entre os países que mais gasta com a educação pública**, mas está nas últimas colocações em avaliações internacionais de qualidade do ensino (Brasil, 2019, p. 64). [grifo nosso]

Com dito, afirma-se que o país gasta muito com educação, e isso seria algo não desejoso do ponto de vista da balança financeira, a qual mede todas as ações pela relação custo e benefício. Continuando com a desqualificação do próprio país do no que tange o investimento em educação, a mensagem do ex-presidente compara o país com outras nações, as quais gastariam, em tese, menos e obteriam mais e melhores resultados por uma métrica pura e simples de avaliações de larga escala:

O Brasil investe atualmente, em educação pública, cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB), índice superior à média da OCDE (5,5%) – que engloba as principais economias mundiais – e acima de pares como Argentina (5,3%), Colômbia (4,7%), Chile (4,8%), México (5,3%) e Estados Unidos da América – EUA (5,4%). Cerca de 80% dos países gastam menos que o Brasil em educação relativamente ao PIB (Brasil, 2019, p. 64).

A tentativa de desqualificar o país, seu sistema educacional, seus alunos e professores é tamanha, que o ex-presidente e sua equipe se esquecem de detalhes relevantes que merecem atenção no contexto do sistema de educação global e nacional. Primeiro, o percentual do PIB investido em educação não é, por si só, um indicador suficiente da qualidade do ensino. O Brasil tem um dos maiores sistemas educacionais do mundo, com uma população estudantil muito maior do que a de muitos países da OCDE. Portanto, mesmo que o investimento proporcional seja maior, o valor absoluto por aluno é significativamente menor. Enquanto países da OCDE investem, em média, cerca de US\$ 10.000 por estudante ao ano, o Brasil investe menos da metade desse valor.

Além disso, há também um problema aguçado na alocação desses recursos. O Brasil tem um alto nível de desigualdade regional e social na educação, o que significa que o investimento precisa ser muito maior para garantir uma melhor estrutura. A comparação com países “desenvolvidos” ignora esse fator: enquanto nações da OCDE já possuem sistemas educacionais consolidados e com infraestrutura adequada, o Brasil ainda enfrenta déficits graves em formação docente, remuneração de professores, infraestrutura escolar e acesso à tecnologia — diversos desses problemas, inclusive, reconhecidos lá em 1964 na mensagem presidencial de Castelo Branco.

Cabe notar que, contraditoriamente, o mesmo texto que dizia que o Brasil gastava muito com educação, reconhece a função desses gastos ao dizer:

A expansão do gasto, nos últimos anos, **permitiu** uma considerável expansão da cobertura dos diversos níveis de educação. Segundo dados da PNAD Contínua 2017, o ensino fundamental já atende 95% da população de 6 a 14 anos, ao passo que 87% da população de 15 a 17 anos frequenta a escola. No caso da educação superior, o percentual de matrículas em relação à população de 18 a 24 anos foi de 19,7% em 2017. Já na educação infantil, o percentual de crianças de 4 a 5 anos na escola atingiu 92% em 2017, enquanto o percentual de 0 a 3 anos na escola chegou a 33% (Brasil, 2019, p. 64). [grifo nosso]

Dessa forma, notamos que há um desmerecimento dos gastos com educação no país de forma a justificar o remanejamento de outros recursos que viriam da própria educação. Quanto a isso, falaremos mais adiante. Por ora, precisamos destacar na Tabela II a seguir as 4 principais preocupações do governo Bolsonaro expressas na mensagem presidencial:

Tabela II: preocupações do governo de Jair Messias Bolsonaro

Preocupação 1	Investir menos nos níveis de Educação Superior
Preocupação 2	Combater ideologias políticas no contexto escolar
Preocupação 3	Expandir o ensino no modelo militar
Preocupação 4	Preparação dos jovens para o mercado de trabalho

Fonte: elaboração dos autores.

Acerca da preocupação 1, assim como no governo militar de Castelo Branco, Bolsonaro e sua equipe mostra claramente desprezo pelas instituições que produzem Ciência no país. Afirmando que o Brasil gastava mais com Educação Superior, ele propõe no texto oficial que seja “invertida a pirâmide” de investimentos, concentrando esforços majoritariamente na Educação Básica:

Em 2017, o gasto primário da União em educação totalizou R\$ 117,2 bilhões, segundo dados do Tesouro Nacional – representando, aproximadamente, 64% com ensino superior e 30% com educação básica, entre outras despesas. É preciso inverter a pirâmide: os maiores esforços devem concentrar-se na educação básica – na educação infantil, fundamental e média. Quanto antes as crianças aprenderem a gostar de estudar, em um ambiente dotado de condições ao seu pleno desenvolvimento, maior será o seu sucesso na trajetória escolar (Brasil, 2019, p. 65).

Essa visão e proposta não era à toa, mas dada dentro de um contexto de condução da população jovem para o mercado de trabalho, encerrando sua jornada de estudos no ensino básico. Ratificando nosso argumento, é defendido na mensagem, por diversas vezes, que o ensino dos jovens deveria se concentrar em disciplinas como matemática, ciências e português. Visando abolir o que a mensagem chamou de “iniciativa de doutrinação ideológica e sexualização precoce no ambiente escolar” (Brasil, 2019, p. 65).

Aqui coloca-se um problema fundamental: quem seria o agente dessa “doutrinação”? Com certeza, seriam os profissionais da educação, os docentes, que não raras vezes foram encarados por setores do espectro político do ex-presidente Bolsonaro como inimigos da Pátria, doutrinadores contumazes e comunistas disfarçados de mestres. Esse ataque sutil aos docentes colocando-os como suspeitos, que mereciam vigilância em seu pleno exercício pode ser visto no trecho a seguir:

Atenção especial deve ser dada à formação dos profissionais da educação. A escola é um espaço onde o professor, respeitado e valorizado, exerce importante função de mediador da aprendizagem – atribuição que deve desempenhar sem vícios de doutrinação, pautado no respeito à vida das pessoas, à liberdade e à democracia, contribuindo para a formação de cidadãos plenos, portadores de direitos e deveres, em sintonia com os preceitos constitucionais e alinhados aos anseios da família brasileira (Brasil, 2019, p. 65).

Apesar do subterfúgio que é apresentado no trecho da mensagem presidencial, de que se daria atenção à formação dos profissionais da educação, destacando-se nela a formação dos professores, vem acompanhando o aviso ácido de que não se deveria desempenhar a docência com “vícios de doutrinação”. Por fim, a formação que se visa oferecer ao docente é uma conformidade com os padrões de mundo e de visão da “família brasileira”, a qual era defendida pelo governo Bolsonaro como aquela composta pelo homem e pela mulher heterossexuais, cisgêneros e com filhos. Não há proposta de formação efetiva para os docentes, há apenas uma ameaça velada. Aqui, notamos as duas primeiras preocupações do governo, as quais colocamos na Tabela II, expostas: a diminuição com Educação Superior justificada, porque seria das universidades que os docentes supostamente sairiam formados para doutrinar; e o combate às ditas ideologias no contexto escolar. Agora, passemos a preocupação de número 3, que seria a da expansão do ensino básico no modelo militar.

Como alternativa para viabilizar um ensino “livre de ideologias”, o governo propôs na mensagem uma abordagem baseada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, segundo ele, ajudaria na modernização dos conteúdos e, mais uma enfática vez, no combate à “doutrinação e propagação de ideologias político-partidárias”:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) será apreciada pelo Governo Federal, em atenção à garantia de modernização dos conteúdos, do incentivo à elaboração de programas de alfabetização baseados em evidências científicas, da valorização da disciplina dentro das escolas, do respeito aos profissionais da educação e da isenção de qualquer doutrinação e propagação de ideologias político-partidárias em ambiente escolar. Assim, reitera-se o compromisso de combater a ideologia de gênero e a sexualização precoce de crianças e adolescentes (Brasil, 2019, p. 66).

Lendo o excerto anterior, fica objetivo que tudo o que o governo propunha para a educação do país era uma excessiva luta contra o que chamou, erroneamente, de “ideologia de gênero”. Dizemos que esse último termo está taxativamente errado porque os Estudos dos Gêneros é uma área consolidada na Ciência, que compreende diversos campos do saber, tais como História, Geografia, Literatura, Filosofia, Matemática, Artes, Sociologia etc., a fim de que se tenha uma visão mais completa sobre as dinâmicas sociais dos diversos gêneros existentes.

Dizer que tudo isso se reduz à uma “ideologia” é, além de erro atroz, uma tentativa ignorante de deslegitimar as produções que se fazem no campo do saber mencionado. Mais adiante no texto oficial que ora dissecamos, nos é dito que — com base em tudo o que a mensagem já havia argumentado — a educação básica poderia melhorar mediante novas ações, que seriam a implementação dos padrões e fundamentos didático-pedagógicos que eram adotados nas escolas militares. Ou seja, é uma clara proposta de militarização da educação pública:

A educação básica contará, também, com novas ações visando à melhoria da aprendizagem e dos processos de gestão escolar. Serão elaboradas propostas que viabilizem, a partir de adesão voluntária dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a adoção de padrões de gestão e fundamentos didático-pedagógicos adotados por colégios militares (Brasil, 2019, p. 67).

Essa proposta de ensino — que representa a terceira preocupação do governo — é muito criticada porque visa equiparar os colégios às instituições militares, as quais possuem outra função que não é a de promover a democracia, mas a de defender o país em caso de necessidade. A escola deve se preocupar com uma formação cidadã, que passa pela exploração das diversas áreas do saber, muitas delas inclusive, e como se mostrou, abnegadas pelo governo ou mesmo desmerecidas.

Com uma educação em que o professor se torna empregado — acompanhado de perto pela “família”, e o aluno cliente, propício a reclamar dos métodos e concepções pedagógicas do docente sempre acuado — o governo Bolsonaro propõe a militarização, então; por fim, se propõe na mensagem que o ensino médio, forte com os recursos que advieram, foram tirados do ensino superior, sendo assim, uma porta aberta para o mercado de trabalho.

Salientamos que articular educação e mercado de trabalho não é algo ruim, porém deve ser enxergado de forma crítica quando se tem uma nítida proposta de diminuição dos investimentos em ensino superior e uma concentração desses recursos na educação básica articulada ao mercado comercial e industrial. É uma mensagem clara que, dito de forma literal, nos vem à consciência: para trabalhar como mão de obra barata é preciso apenas do ensino básico, não de nível superior.

O nível superior talvez se daria às classes mais abastadas de estudantes das escolas privadas e das famílias tradicionais país afora. Para a maioria da população pobre, preta e marginalizada do país, que povoa em número expressivo a escola pública, bastaria o ensino básico. Assim, diz o texto (Brasil, 2019, p. 67):

Serão promovidas ações para melhoria da aprendizagem no ensino médio, incluindo-se medidas que ampliem o acesso, a permanência – com melhores resultados de fluxo e de aprendizagem – e a preparação para o mercado de trabalho.

[...]

[...] Além disso, pretende-se colocar a educação profissional e tecnológica como foco de modernização do ensino médio, promovendo metodologias ativas e boas práticas que permitam a recuperação da noção do conhecimento como algo, de fato, transformador.

[...]

O Governo Federal irá priorizar ações que visem a aumentar a eficiência da aplicação dos recursos públicos gerenciados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), regulamentar os procedimentos para a expedição e o registro de diplomas digitais emitidos por instituições de ensino superior públicas e privadas, viabilizar processo para reconhecimento de certificados de residência médica obtidos no exterior e contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação de instituições e cursos no âmbito da educação superior. [grifo nosso].

Assim, articular o ensino médio com o ensino profissionalizante — que era a preocupação de número 4 do governo — não era uma mera abertura de oportunidades para os estudantes que terminariam o ensino médio já qualificados a exercer uma profissão. Pelo conjunto da mensagem, verifica-se que se investiria mais recursos nos IFES visando sua expansão para que também se aumentasse a mão de obra no país. O desejo pela deformação da educação tal qual em estrutura como a conhecemos hoje é tão latente no texto do governo, que vemos até como proposta para a pós-graduação o incentivo da implementação de programas semipresenciais. Ao fim dessa análise, podemos notar que a proposta do governo Bolsonaro para a educação pública no Brasil pouco se distanciava da proposta militar.

4 Conclusão

Como intentávamos investigar, as propostas de Humberto de Alencar Castelo Branco para a área da educação são muito similares à proposta do governo de Jair Messias Bolsonaro.

Porém, é imperioso destacar que o governo militar de Castelo via falta de recursos destinados à educação, sobretudo a de formação básica; já o governo Bolsonaro acreditava que o país gastava muito com a área, o que merecia novo cálculo visando atingir o que o país mais precisava: fortalecer o ensino básico, articulado com a educação profissionalizante para o encaminhamento ao mercado de trabalho.

O governo de 1964 e 1965, sobre o qual nos debruçamos, buscou recursos para a educação criando o Auxílio-Educação, contribuição dada pelas empresas privadas aos cofres públicos por cada trabalhador assalariado a fim de se custear a expansão das escolas urbanas e na zona campesina; já o governo Bolsonaro tinha por intuito usar apenas o recurso existente e somente “inverter a pirâmide”, tirando de um nível de formação para realocar no outro.

Quanto a ação dos militares de 1964 para com os estudantes e professores, vemos um forte ataque ideológico contra as organizações estudantis, que foram perseguidas por Castelo mediante Lei promulgada; Bolsonaro não fez o mesmo, preferindo mirar no estudante já formado e professor, atuante em sala de aula, posto como um verdadeiro agente de suspeição. Nisso, um perseguiu via oficial, outro perseguiu via cultura da desconfiança.

Os dois ex-presidentes apresentaram certa preocupação com a alfabetização dos brasileiros, sobretudo visando que eles pudessem ser inseridos no mercado de trabalho comercial ou industrial; Castelo expandiu as escolas do campo ligadas às funções das empresas e do comércio, Bolsonaro sugestionou o investimento nos IFES como forma de qualificar para o mercado de trabalho. De forma nítida, ambos coadunaram no fato de fertilizar uma formação que parasse no ensino básico ao não priorizar o ensino superior do país. Aliás, ambos viam o ensino superior como gasto excessivo.

Os militares de 1964 promoveram o magistério não titulado, ou seja, professores não diplomados, e o governo Bolsonaro propôs que os cursos de pós-graduação, que qualificam os docentes já formados, fosse feito, a nosso ver, de forma aligeirada pela semipresencialidade, sem o devido acompanhamento que um curso desse porte exige. Aqui não nos opomos as metodologias híbridas e conduzidas de forma intencional; nos opomos à regulação generalizada de uma estrutura que pouco permite os encontros curativos, construtivos e formativos que o ensino presencial pode oferecer.

Por fim, ainda sobre a educação superior, Castelo Branco impôs pouca vontade de expandir a rede de universidades do país; Bolsonaro inaugurou seis universidades federais e autorizou 12 novos *campi* de educação profissional e tecnológica. Essas universidades foram criadas a partir do desmembramento de *campi* já existentes, como mostra reportagem do portal Carta de Notícias (2022).

Por fim, podemos concluir que o governo Bolsonaro teve uma visão sobre a educação muito parecida com a dos militares de 1964, atacando — de forma sutil — professores e o espaço escolar, usando ao argumento da “ideologia político-partidária” para tentar “senear” — termo usado por Castelo Branco — o currículo e os métodos de ensino do país. Além disso, não via com bons olhos os recursos dados às universidades, além de acreditar que o país gastava muito com educação.

Nos parece que em termos gerais, o governo de 2019 foi igual ao de 1964, porque enquanto um — Castelo Branco — possuía medo do comunismo, o outro — Bolsonaro — fazia dele o seu maior angariador de simpatizantes. Se em 1964 o “inimigo” era a agitação estudantil, em 2019 o “inimigo” é a sexualização precoce, que é trazida como um verdadeiro fantasma sem fundamento algum ou correspondência com a realidade. Em conclusos de concepção, Bolsonaro fez jus aos seus tão admirados políticos da época do regime militar.

Referências

BBC News Brasil. Bolsonaro: quem é o capitão reformado que venceu as eleições presidenciais de 2018. BBC News Brasil, 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45778959>. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL ESCOLA. Governo Bolsonaro. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilestela.uol.com.br/historiab/governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 16 mar. 2025.

PGR rebate respostas de Bolsonaro e outros investigados e defende recebimento de denúncia. **O Globo**, 13 mar. 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/03/13/pgr-rebate-respostas-de-bolsonaro-e-outros-investigados-e-defende-recebimento-de-denuncia.ghtml>. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Entendendo o Salário-Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/financiamento/salario-educacao/entendendo-o-salario-educacao>. Acesso em: 17 mar. 2025.

BRASIL. Lei n.º 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre a organização e funcionamento do ensino industrial e comercial. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 11 nov. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. **Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 1965**. Presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/castello-branco/mensagens-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-da-sessao-legislativa-de-1965>. Acesso em: 18 mar. 2025.

CARTA DE NOTÍCIAS. Governo de Bolsonaro entregou 12 escolas técnicas e 6 universidades. Disponível em: <https://cartadenoticias.com.br/2022/educacao/governo-de-bolsonaro-entregou-12-escolas-tecnicas-e-6-universidades/>. Acesso em: 24 mar. 2025.

Data de submissão: 17/10/2025

Data de aceite: 21/11/2025